Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Fertilizantes Heringer S.A. ("Heringer" ou "Companhia") tem como atividade preponderante a industrialização e a comercialização de fertilizantes sob a marca Heringer, desde 1968.

A Companhia possui atualmente 21 unidades de mistura, distribuídas nas regiões sudeste, centro oeste, sul e nordeste do Brasil, e 2 escritórios comerciais situados nas cidades de Luiz Eduardo Magalhães, Estado da Bahia e Maringá, Estado do Paraná, e 1 armazém no porto em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Ressaltando ainda que, em Paranaguá, Estado do Paraná, além de uma unidade de mistura acima incluída, a Companhia possui também uma unidade de produção de ácido sulfúrico e de Super Fosfato Simples ("SSP").

A Companhia, em 4 de janeiro de 2012, adquiriu a totalidade das quotas da sociedade Maxifértil Fertilizantes Ltda. ("Maxifértil"). A Maxifértil está instalada no município de Porto Alegre – RS e seu parque fabril tem capacidade produtiva nominal de 30.000 toneladas por mês, capacidade semelhante à da filial de Porto Alegre que operava em fábrica alugada e encerrou suas atividades, passando a produção desta para a unidade industrial adquirida. Posteriormente, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2012, a Maxifértil foi incorporada pela Companhia.

Em 27 de dezembro de 2013 a Companhia incorporou sua subsidiária integral Logfert Transportes S.A com o intuito de minimizar custos operacionais, eliminando controles administrativos e contábeis, melhorando e simplificando a estrutura societária atual, trazendo consideráveis benefícios de ordem administrativa, econômica e financeira, permitindo aproveitamento dos seus recursos. Por ser uma subsidiaria integral, o acervo líquido incorporado no montante de R\$ 19.478 não gerou impacto no patrimônio líquido da Companhia nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2013.

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas no mercado de bolsa, admitidas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA (FHER3).

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de fevereiro de 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação

Conforme mencionado na Nota 1, em 27 de dezembro de 2013 a Companhia incorporou sua subsidiaria integral Logfert, deixando de ter a necessidade de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas uma vez que a totalidade das operações sob seu controle acionário passaram a transitar unicamente na Fertilizantes Heringer S.A. Adicionalmente, considerando a imaterialidade das transações da Logfert, originalmente apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia concluiu que a apresentação das demonstrações financeiras da Fertilizantes Heringer S.A. melhor representa qualitativamente as informações financeiras comparativas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, como instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As demonstrações financeiras da Companhia somente diferem das práticas do IFRS pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração do valor adicionado — DVA em suas demonstrações financeiras, enquanto que para fins de IFRS tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

Para adequação à forma de apresentação das demonstrações financeiras findas em de 31 de dezembro de 2013, a receita com benefício fiscal relativo à redução do ICMS, originalmente registrados na rubrica outras receitas operacionais, nos montantes de R\$ 23.192 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram reclassificadas para a rubrica receita operacional líquida, assim como os depósitos judiciais anteriormente contabilizados em Contingencias no montante de R\$ 251 foram reclassificados para linha específica de depósitos judiciais. Essas reclassificações não causaram impactos no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2012 ou nos resultados do exercício, fluxos de caixa ou valores adicionados para o exercício findo naquela data.

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. A liquidação das envolvendo essas estimativas poderá transações resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

(b) Ativos financeiros

(i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são incluídos nessa categoria, a menos que tenham sido designados como instrumento de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, outros ativos e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

(ii) Reconhecimento inicial e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- (b) Ativos financeiros--Continuação
- (ii) Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de "Receitas financeiras", quando é estabelecido o direito da Companhia de receber os dividendos.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(iii) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos instrumentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

(iv) Baixa de ativos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- (b) Ativos financeiros--Continuação
- (v) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Em relação aos ativos financeiros ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

(b) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado

Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

(b) Ativos financeiros--Continuação

(vii) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, contratados com o propósito de mitigar os efeitos da volatilidade do câmbio, principalmente sobre suas compras de produtos importados. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a contabilização de hedge (*hedge accounting*).

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 10.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes (Nota 5). A avaliação da existência de *impairment* é baseada na análise individualizada dos clientes em atraso, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados e empresas especializadas em cobranças.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

(d) Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias-primas e embalagens - custo médio das compras, usando-se o método da Média Ponderada Móvel.

Custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração - compreende matériasprimas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas, sempre considerando a capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e custos estimados necessários para a realização da venda.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

(e) Bens destinados a venda

Os bens destinados a venda são classificados no ativo não circulante. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil puder ser recuperado, principalmente, por meio de uma operação de venda, e não pelo uso contínuo.

(f) Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem principalmente fábricas e escritórios.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

(f) Imobilizado--Continuação

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas apresentadas abaixo. Terrenos não são depreciados.

	Taxas de depreciação - % ao ano		
	Nominal	Média ponderada	
Edifícios e construções	De 1,5 a 25	2,4	
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	De 4 a 50	14	
Móveis e utensílios	De 10 a 25	11,8	
Veículos	De 20 a 25	20,6	
Hardware	De 10 a 25	20	

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

(g) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

(h) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

(i) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são passivos financeiros e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e custos de transação não amortizados proporcionais ao período incorrido, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

(j) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

(k) Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

(I) Impostos

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

(I) Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (1) quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (2) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em controlada, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: (1) quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (2) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimento em controlada, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

(I) Impostos -- continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos -- continuação

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Medida provisória 627

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar pela sua adoção no exercício fiscal 2015.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

(I) Impostos -- continuação

Imposto sobre vendas de produtos e prestação de serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (1) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (2) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (3) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

(m) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

(n) Capital social

O capital da Companhia é compreendido integralmente por ações ordinárias, sem valor nominal. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Quando a Companhia compra ações do seu próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos dos impostos), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos dos impostos, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

(o) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e sua controlada.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

(o) Reconhecimento de receita--Continuação

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, ou seja, para casos de vendas FOB, a receita é reconhecida no momento em que o comprador retira a mercadoria nas unidades da Companhia; para casos de venda CIF, a receita é reconhecida somente após entrega da mercadoria no local estabelecido pelo cliente.

As vendas são realizadas com pagamentos à vista ou à prazo. Existem ainda vendas realizadas por meio de um programa de "vendor", financiadas através de bancos, que assumem a responsabilidade dos recebíveis pelo período de até um ano.

Prestação de serviços de transportes

A receita de contratos de prestação de serviços de transporte por preço fixo é, em geral, reconhecida no período em que os serviços são prestados.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

(p) Custo dos produtos vendidos

As bonificações decorrentes de compras de matérias-primas, concedidas pelos fornecedores, são reconhecidas como redutora de custos na rubrica custo de produtos vendidos, no resultado do exercício, na medida em que a Companhia adquire o direito ao seu recebimento, mediante o atendimento dos volumes de compra e outros parâmetros pré-estabelecidos.

Os gastos relativos a frete de compras de matérias-primas e materiais auxiliares são apropriados ao custo dos produtos vendidos quando da venda dos mesmos. As despesas com frete relacionadas à entrega da mercadoria, bem como as despesas com comissão sobre vendas são registradas como despesas comerciais, quando incorridas.

Demais custos são apurados em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

(q) Operações de "vendor"

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de "vendor" e crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador, as quais assumem a responsabilidade dos recebíveis pelo período de até um ano), efetuadas com seus clientes preferenciais. Essas transações estão apresentadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia garantidora dessas operações. As potenciais perdas são consideradas quando da constituição da provisão para "impairment".

(r) Incentivos fiscais

Redução de ICMS: o benefício fiscal decorre do deferimento concedido à Companhia em setembro de 2003 por participar do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI - Governo do Estado de Sergipe, que goza de benefício fiscal correspondente à redução de 92% do valor do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS apurado na unidade fabril de Rosário do Catete-SE. O benefício é registrado diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta Lucros acumulados para Reserva de lucros de incentivos fiscais. O programa, originalmente, tinha a duração de dez anos, sendo que em 2013 foi renovado de forma a durar mais 5 anos, totalizando, assim 15 anos, com vencimento em 26 de setembro de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

(r) Incentivos fiscais--Continuação

Redução do imposto de renda a recolher: A partir de 2007, a Companhia passou a usufruir benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda a recolher obtido da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE. O benefício, que é determinado com base no lucro da exploração, foi originalmente concedido em março de 2006, por um período de 10 anos e abrangia a unidade localizada em Rosário do Catete-SE. A partir de 2012 o benefício foi estendido também para a unidade de Camaçari-BA. Para a filial de Sergipe o benefício tem duração garantida até 2015, e para a de filial Camaçari, na Bahia, o benefício tem duração garantida até 2020, por força do artigo 1º da Medida Provisória número 2.199-14, de 24 de agosto de 2001. O benefício é registrado diretamente no resultado do exercício e posteriormente transferido da conta Lucros acumulados para Reserva de lucros de incentivos fiscais.

(s) Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

(t) Conversão em moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Transações e saldos

As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como "Variação cambial, líquida" (Nota 23).

(u) Apresentação de informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o Conselho de Administração, nas pessoas de seu presidente, CEO da Companhia e membro do Conselho e demais membros independentes responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(v) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

As operações de compra de matéria-prima realizadas por meio de FINIMP – Financiamentos de importação - são apresentadas como atividade operacional da demonstração dos fluxos de caixa pelo fato de estarem diretamente relacionadas com as atividades operacionais da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

Listamos a seguir os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

• IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB para substituição do IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

• Entidades de Investimento (Revisões de IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)

As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimentos de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimentos registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013--Continuação

• IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32

Essas revisões esclarecem o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

 IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39

Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são elencadas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e Premissas--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio das companhias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e Premissas--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

		Taxa média	2013	2012
Recursos disponíveis em banco e em caixa			50.354	40.113
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	(i)	100,0 % do CDI	227.973	243.610
Debêntures – operações compromissadas	(ii)	100,0 % do CDI	159.193	185.962
Outras aplicações				
			437.520	469.685

- (i) Representadas por quotas de fundo DI (Depósito Interbancário). Essas aplicações foram contratadas junto a instituições de primeira linha e são remuneradas com base em percentuais da variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, com liquidez imediata.
- (ii) Referem-se a operações realizadas com instituições financeiras de primeira linha, com liquidez imediata, e compromisso de recompra pelas próprias instituições financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

5. Contas a receber de clientes

	2013	2012
Contas a receber no País	684.132	654.618
Contas a receber no exterior	7.172	7.687
Ajuste a valor presente	(10.412)	(8.646)
	680.892	653.659
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(24.110)	(12.034)
	656.782	641.625
Circulante	(655.543)	(639.499)
Não circulante	1.239	2.126

Em 31 de dezembro de 2013, o ajuste a valor presente foi calculado tomando como base todas as operações de venda com prazo superior a 30 dias com juros nominais das transações de 1% ao mês (1% em 31 de dezembro de 2012) através do método do fluxo de caixa descontado. A reversão do ajuste a valor presente é registrada no resultado do exercício, na rubrica despesa financeira.

Os saldos de contas a receber no exterior estão denominados em dólares norteamericanos.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, nenhum dos clientes da Companhia representava mais do que 10% das receitas totais e ou dos saldos a receber.

Em 31 de dezembro de 2013, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 68.418 (R\$ 57.203 em 31 de dezembro de 2012) encontram-se vencidas, todavia, a Companhia não constituiu provisão para perdas sobre esses valores, pois se referem a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente, não existindo expectativa de perdas sobre esses valores, ou para as quais a Companhia possui garantias reais. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

2013	2012
27.522	17.749
1.889	2.932
39.007	36.522
68.418	57.203
	27.522 1.889 39.007

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

5. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 24.110 (R\$ 12.034 em 31 de dezembro de 2012), cuja análise de vencimentos está apresentada abaixo:

	2013	2012
Até seis meses	3.608	306
Mais de seis meses	20.502	11.728
	24.110	12.034

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram como segue:

	2013	2012
Saldo inicial	12.034	24.214
Constituição (reversão) da provisão (i)	14.008	(4.879)
Contas a receber de clientes baixadas durante o		
exercício como incobráveis	(1.932)	(7.301)
Saldo final	24.110	12.034

(i) Registradas na rubrica despesas com vendas, no resultado do exercício.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

6. Estoques

	2013	2012
Matérias primas e embalagens	450.950	639.358
Importações em andamento	211.206	191.702
Adiantamentos a fornecedores	16.799	12.406
Almoxarifado	14.479	10.049
Provisão para ajuste a valor de mercado (i)	(1.570)	(1.586)
	691.864	851.929

⁽i) Refere-se a provisão para resíduos de matérias primas, cujo custo médio em estoque estava superior ao custo de reposição ou aos valores de realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

6. Estoques -- Continuação

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as movimentações da provisão para ajuste a valor de mercado foram como segue:

	2013	2012
Saldo inicial	1.586	2.620
Constituição da provisão (i)	1.570	1.587
Utilização da provisão	(1.586)	(2.621)
Saldo final	1.570	1.586

(i) Registradas na rubrica custo dos produtos vendidos e serviços prestados, no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2013, e em 31 de dezembro de 2012, não existem itens de estoques dados em garantia.

7. Tributos a recuperar

	2013	2012
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS (i)	202.350	166.792
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (ii)	84.554	82.604
Provisão para deságio na venda de créditos de ICMS (ii)	(8)	(11)
Programa de integração social – PIS (i)	36.909	32.926
IRRF sobre aplicações financeiras	34.696	3.347
	358.501	285.658
Circulante	(142.021)	(148.121)
Não circulante (i)	216.480	137.537

- (i) Serão recuperados parte nas operações da Companhia e parte através de pedidos de restituição, no valor total original de R\$ 43.120, protocolados na Receita Federal do Brasil entre agosto de 2009 e dezembro de 2013, bem como através de pedido de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil. O montante registrado no ativo não circulante refere-se basicamente aos créditos de PIS e da COFINS, cuja realização deverá ocorrer durante os anos de 2015 a 2019.
- (ii) Serão utilizados na aquisição de ativo imobilizado e insumos para produção, além da utilização nas operações normais da Companhia. A Companhia possuía, em 31 de Dezembro de 2013, aprovação para transferências de créditos junto à autoridade estadual de São Paulo no montante de R\$ 5.427, e está em processo de aprovação para transferência de créditos junto às autoridades estaduais de São Paulo no montante de R\$ 8.449, e da Bahia no montante de R\$ 9.272. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2013, a Companhia possuía créditos de ICMS negociados para venda a terceiros com provisão para deságio no montante de R\$ 8 (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

8. Outros ativos

	2013	2012
Bonificações de compras (i)	14.751	43.279
Adiantamento a fornecedores	5.989	10.988
Rateios de importações (ii)	11.395	2.234
Adiantamentos a funcionários	1.317	1.345
Contas a receber de venda de imobilizado para terceiros (iii)	24.735	5.644
Contas a receber de parte relacionada (Nota 11.a)	100	1.953
Prêmios de seguros a apropriar	179	1.279
Comissões sobre adiantamento de clientes	2.520	1.490
Outros	741	2.104
	61.727	70.316
Circulante	(57.716)	(70.316)
Não circulante	4.011	-

- (i) Refere-se a bonificações sobre compra de matéria prima no curso normal das operações da Companhia.
- (ii) Refere-se às contas a receber de outras empresas de fertilizantes por conta de importações compartilhadas.
- (iii) Refere-se as contas a receber principalmente da venda de caminhões no valor de R\$24.489.

9. Imposto de renda e contribuição social

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2013	2012
Imposto de renda a recuperar (i)	46.159	34.702
Contribuição social a recuperar (i)	8.309	5.057
	54.468	39.759

(i) Em 13 de janeiro de 2012, a Companhia obteve a restituição de créditos de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$79.712 cujo pedido de restituição tinha sido protocolado junto à Receita Federal do Brasil em 9 de abril de 2009.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

(b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos de ativos e passivos fiscais diferidos estavam compostos como segue:

	2013	2012
Ativo:	<u> </u>	·
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social Diferenças temporárias:	88.167	62.212
Provisão para comissões sobre vendas	3.626	3.518
Ágio amortizado de empresa investidora incorporada	612	1.082
Provisão para contingências	1.703	509
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.715	927
Ajuste a valor presente	3.928	4.469
Provisão para ajuste ao valor de mercado	534	539
Provisão para perdas na realização de bens destinados à venda	251	224
Perda não realizada com instrumentos financeiros	560	8.393
Outras diferenças temporárias	1.310	1.208
	104.406	83.081
Passivo:	()	
Ganho não realizado com instrumentos financeiros	(6.567)	
Ajuste a valor presente	(4.109)	(9.359)
Imobilizado – custo atribuído (1)	(28.341)	(29.071)
Imobilizado – revisão da vida útil (2)	(5.317)	(4.549)
Outras	(3.099)	(2.373)
	(47.433)	(45.352)
Líquido	56.973	37.729

- (1) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27.
- (2) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerada após revisão da vida útil-econômica dos bens.

Baseada em estudo técnico, aprovado pelo Conselho de Administração, a Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos seguintes exercícios sociais:

Ano	2013
2014	10.586
2015	20.676
2016	24.755
2017	24.921
2018	23.468
	104.406

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

(b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos--Continuação

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Os ativos e passivos diferidos de diferenças temporárias entre o resultado contábil e o tributário são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a ser concretizada quando do efetivo pagamento das referidas provisões, momento em que as mesmas se tornarão dedutíveis na apuração dos referidos tributos.

(c) Conciliação da despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social

	2013	2012
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(53.173)	(7.958)
Alíquota nominal dos tributos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal Efeitos das exclusões permanentes no cálculo dos tributos:	18.079	2.706
Benefícios fiscais e subvenções Aplicação do Parecer Normativo 01/11 retroativo a 2010	1.686	4.004 -
Resultado da equivalência patrimonial	153	(898)
Ágio na aquisição de empresa incorporada	467	=
Baixas definitivas de duplicatas incobráveis	(184)	(84)
Saldo Incorporado da Logfert	(355)	-
Outras	(577)	(237)
	19.269	5.492
Imposto de renda e contribuição social no resultado dos exercícios:		
Corrente	-	(16.104)
Diferido	19.269	21.596
	19.269	5.492
Alíquota efetiva dos tributos	36%	69%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

(d) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2011	63.918	(41.709)	22.209
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação			
desses ativos Saldo de tributos diferidos registrado na Maxifértil na	-	674	674
data base de incorporação Efeito tributário sobre movimentação das diferenças	-	(5.688)	(5.688)
temporárias Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa	11.049	1.371	12.420
de contribuição social gerado no exercício (1) Efeito tributário sobre a compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com lucro	15.627	-	15.627
tributável do exercício (2)	(7.513)	-	(7.513)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	83.081	(45.352)	37.729
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação			
desses ativos Efeito tributário sobre movimentação das diferenças	-	730	730
temporárias Efeito tributário sobre o prejuízo fiscal e base negativa	(4.630)	(2.811)	(7.441)
de contribuição social gerado no exercício	25.955		25.955
Saldo em 31 de dezembro de 2013	104.406	(47.433)	56.973

⁽¹⁾ Refere-se aos tributos diferidos reconhecidos sobre o prejuízo fiscal e base negativa apurado no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2012 (data de incorporação da Maxifértil).

⁽²⁾ Refere-se aos tributos diferidos sobre compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social com o lucro tributável gerado no período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

10. Instrumentos financeiros derivativos

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos "swaps" são resumidos a seguir:

	Valor de referência (nocional)		Valor	Valor justo Curva do in		nstrumento	•	Ganhos (perdas) incorridos no exercício	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
Posição ativa Moeda estrangeira	1.020.212	1.121.538	1.009.551	1.119.041	1.013.212	1.121.503	151.630	64.630	
Posição passiva Índice – CDI Total	1.020.212	1.121.538	(991.884) 17.667	<u>(1.143.725)</u> (24.684)	(991.884) 21.328	(1.143.725) (22.222)	(118.691) 32.939	(67.320) (2.690)	

As perdas e os ganhos com as operações com derivativos são reconhecidas mensalmente no resultado do exercício, considerando-se o valor justo desses instrumentos (Nota 27).

(a) Descrição dos contratos

Os contratos de "swap" são realizados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em moeda estrangeira para o Real. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia detinha "swaps" de moeda no valor nominal total de R\$ 1.020.212 (R\$ 1.121.538 em 31 de dezembro de 2012), com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial sobre seu passivo cambial. Nesses "swaps", a Companhia tem o direito de receber variação cambial do dólar norteamericano menos 0,33% ao ano e é responsável por pagar 100% do CDI.

(b) Vencimento dos contratos de "swap"

Em 31 de dezembro de 2013, os contratos derivativos descritos anteriormente possuem as seguintes datas de vencimentos:

	Em milhares de dólares americanos (US\$)	
Em 1 mês	139.491	
De 1 a 2 meses	158.863	
De 3 a 4 meses	137.150	

(c) Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos

Os contratos de *swap* são avaliados a valor presente, à taxa de mercado na data-base, através do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento, tendo por base as projeções de dólar norte-americano verificadas nos contratos de futuros registrados na BM&FBOVESPA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

10. Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

(d) Contratos sujeitos a chamada de margem

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não possuía contratos com essas características.

11. Partes relacionadas

A Fertilizantes Heringer S.A. é controlada por Dalton Dias Heringer, Dalton Carlos Heringer e Juliana Heringer Rezende, que juntos detém 67,76% das ações da Companhia. Os 32,24% remanescentes das ações são detidos por diversos investidores, não havendo nenhum deles detendo mais de 5% de participação.

(a) Transações e saldos

As transações realizadas entre a Companhia e partes relacionadas referem-se a operações mercantis, incluindo o arrendamento de uma propriedade e outras operações, e estão resumidas a seguir:

	2013	2012
Ativo		
Contas a receber (i)		
Dalton Dias Heringer	119	1.051
	119	1.051
Outras contas a receber (Nota 8)		
Dalton Dias Heringer (ii)	100	400
Logfert Transportes S.A.	-	1.553
	100	1.953
	219	3.004

(i) Decorrem de vendas de produtos da Companhia, celebradas no curso normal dos seus negócios.

Decorrem de saldo remanescente de contrato firmado em 20 de dezembro de 2009, de compromisso de venda de uma propriedade rural, localizada no Estado de Tocantins, com o grupo controlador, no montante de R\$ 3.200. O preço contratado está baseado em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

11. Partes relacionadas -- Continuação

(a) Transações e saldos--Continuação

	Controladora		
Resultado	2013	2012	
Receita de vendas			
Dalton Dias Heringer	647	1.136	
Roberto Rodrigues	1.868	3.156	
	2.515	4.292	
Custo dos produtos vendidos			
Dalton Dias Heringer	(1.877)	(2.158)	
Roberto Rodrigues	(1.612)	(2.826)	
Logfert Transportes S.A.		(3.625)	
	(3.489)	(8.609)	
Despesas com vendas Fretes de entrega			
Logfert Transportes S.A.	30.569	44.232	
	30.569	44.232	
Outras receitas operacionais Aluguel			
Dalton Dias Heringer	19	18	
· ·	19	18	
Compras			
Dalton Dias Heringer	745	497	
·	745	497	

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	2013	2012
Salários e encargos	3.676	3.289
Honorários dos administradores	2.202	2.288
Participação nos lucros	210	175
Pagamentos de Rescisão	148	-
Plano de previdência privada	325	186
Outros	107	89
	6.668	6.027

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações. Conforme comentado na Nota 26, a Companhia implementou, em 2012, um plano de previdência privada que abrange todos os funcionários da Companhia, incluindo os diretores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

12. Depósitos judiciais

	2013	2012
Tributários	16.059	15.169
Cíveis	1.359	2.480
Previdenciários	3.293	3.359
Trabalhistas	2.612	1.155
	23.323	22.163

13. Bens destinados a venda

	2013	2012
Propriedades rurais	4.755	3.930
Terrenos e imóveis urbanos	127	271
Máquinas, implementos e equipamentos agrícolas	181	64
Veículos	18	50
Animais vivos	-	84
Provisão para ajuste a valor justo	(737)	(659)
	4.344	3.740

Referem-se a bens recebidos de clientes em dação em pagamento. A provisão para perdas na realização é registrada para os casos em que o valor recebido em dação em pagamento é superior ao valor esperado na realização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

14. Imobilizado

	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos e instalações industriais	e Móveis e utensílios	Veículos	Hardware	Outros	Total em	Imobilizaçõ es em andamento	Adiantamento a fornecedor de ativo fixo	Total
Em 1 de janeiro de 2012	48.340	213.238	166.962	4.651	3.489	3434	762	440.876	20.951	10.691	472.518
Incorporação da Maxifertil	8.376	6.358	4.032	51	35	29	25	18.906	-	-	18.906
Aquisições	-	-	4.547	934	1.514	1.363	540	8.898	23.990	15.906	48.794
Baixas	_	(354)	(2.872)	(40)	(319)	(30)	(119)	(3.734)	(360)	-	(4.094)
Depreciação e amortização	_	(5.341)	(35.298)	(716)	(1.198)	(1.361)	(145)	(44.059)	-	-	(44.059)
Transferências	1.732	4.025	37.277	74	-	295	(110)	43.403	(17.475)	(25.928)	-
Em 31 de dezembro de 2012	58.448	217.926	174.648	4.954	3.521	3.730	1.063	464.290	27.106	669	492.065
Incorporação da Logfert	-	-	-	4	-	4	-	8	-	-	8
Aguisições	241	-	2.784	925	1.940	728	644	7.262	42.269	4.534	54.065
Baixas(i)	(10)	(2.100)	(19.047)	(9)	(422)	(49)	(402)	(22.039)	-	(2)	(22.041)
Depreciação e amortização	` -	(7.370)	(35.561)	(839)	(1.259)	(1.369)	(222)	(46.620)	-	-	(46.620)
Transferências	6.283	10.362 [°]	34.880	` 87 [′]	` -	` 5 [´]	` -	`51.617	(46.416)	(5.201)	-
Em 31 de dezembro de 2013	64.962	218.818	157.704	5.122	3.780	3.049	1.083	454.518	22.959	-	477.477
Saldo em 31 de dezembro de 2012											
Custo	58.448	243.533	287.472	7.354	6.103	9.794	1.392	614.096	27.106	669	641.871
Depreciação e amortização		(25.607)	(112.824)	(2400)	(2.582)	(6.064)	(329)	(149.806)	-	-	(149.806)
Valor residual líquido	58.448	217.926	174.648	4.954	3.521	3.730	1.063	464.290	27.106	669	492.065
Saldo em 31 de dezembro de 2013											
Custo	64.962	251.616	290.316	8.340	6.495	10.252	1.629	633.610	22.959	-	656.569
Depreciação e amortização	-	(32.798)	(132.612)	(3.218)	(2.715)	(7.203)	(546)	(179.092)	-	-	(179.092)
Valor residual líquido	64.962	218.818	157.704	5.122	3.780	3.049	1.083	454.518	22.959	-	477.477

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

14. Imobilizado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013, as imobilizações em andamento referem-se, substancialmente a: (i) ampliação nas unidades de Paranaguá-PR; (ii) construção da unidade de Candeias-BA; (iii) aquisição de terreno na unidade de Rondonópolis-MT; (iv) ampliação da unidade de Rio Verde-GO; e (v) construção de equipamento de fabricação de produtos especiais em Rosário do Catete-SE. Para conclusão dessas obras, a Companhia possui compromissos já firmados com empreiteiros e outros fornecedores que montam a R\$ 4.650. Tais compromissos serão cumpridos com recursos próprios e geração futura de caixa e com recursos obtidos com instituições financeiras.

Alguns itens do imobilizado, no montante de R\$ 142.711 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 66.143 em 31 de dezembro de 2012), estão dados em garantia de operações com fornecedores e de financiamentos.

Em 27 de dezembro de 2013 foi incorporado o montante de R\$ 8, referente aos ativos imobilizados da Logfert .

Á ...: - ...-

15. Intangível

			Marcas e	Agio na aquisição da	
	Software	Outros	patentes	Maxifértil	Total
Em 31 de dezembro de 2012	5.150	-	2	-	5.152
Aquisição	598	-	-	2.897	3.495
Amortização	(996)	-	(2)	-	(998)
Em 31 de dezembro de 2012	4.752		-	2.897	7.649
Incorporação da Logfert	46				46
Aquisição	1.151	57			1.208
Amortização	(981)	(5)			(986)
Em 31 de dezembro de 2013	4.968	52		2.897	7.917
Saldo em 31 de dezembro de 2012					
Custo total	16.991	-	34	2.897	19.922
Amortização acumulada	(12.239)	-	(34)	-	(12.273)
Valor residual líquido	4.752	-	-	2.897	7.649
Saldo em 31 de dezembro de 2013					
Custo total	18.188	57	34	2.897	21.176
Amortização acumulada	(13.220)	(5)	(34)	-	(13.259)
Valor residual líquido	4.968	52	, ,	2.897	7.917
Taxas anuais de amortização - %	20		20		
	-				

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

16. Fornecedores

	2013	2012
Contas a pagar no País	61.428	37.382
Contas a pagar no exterior	1.090.157	926.638
	1.151.585	964.020

A Companhia efetua a maior parte das compras de matérias-primas de fornecedores no exterior. Esses títulos estão denominados em dólares norte-americanos.

O ajuste a valor presente foi calculado tomando como base todas as operações de compra com fornecedores, nacionais e no exterior, com prazo superior a 30 dias e juros nominais variáveis acordados para cada compra, utilizando o método de fluxo de caixa descontado.

17. Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros contratual (1)	Taxa de juros efetiva (1)	30/12/2013	31/12/2012
Financiamentos de importação (i)				
Fixo US\$ 290.524mil (US\$				
488.636 mil em 31 de				
dezembro de 2012)	VC + 2,98 % a.a.	VC + 3,87% a.a.	680.582	998.527
Capital de giro (ii)	TR + 7,95 % a.a.	TR + 7,95% a.a.	-	7.615
Capital de giro (ii)	115% do DI a.a.	115,0% a,a do DI a,a,	15.051	-
Capital de giro (ii)	99,0% do DI a.a.	99,0% do DI a.a.	10.127	-
Finame (iii)	4,34 % a.a.	4,34 % a.a.	4.208	4.489
Operações de "vendor" (iv)	15,53% a.a.	15,53% a.a.	889	4.800
Operações de Credito Rural (iv)	5,50% a.a.	5,50% a.a.	27.148	51.119
Outras obrigações	VC+Libor+3,0% a.a.	VC+Libor+3,0% a.a.	7.876	6.127
Debêntures (v)	DI + 4,5% a.a	DI + 5,19% a.a.	-	158.609
Debêntures (v)	DI +3,25% a.a.	DI + 3,95% a.a.	260.993	
			1.006.872	1.231.286
Circulante			(820.174)	(1.228.183)
Não circulante			186.698	3.103

⁽¹⁾ Taxas vigentes em 31 de dezembro de 2013.

Abaixo, segue detalhes dos indicadores mencionados na tabela acima:

 LIBOR (London Interbank Offered Rate) - em 31 de dezembro de 2013 era de 0,3480% ao ano, repactuada semestralmente (0,50825% ao ano em 31 de dezembro de 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

 DI – corresponde à remuneração de depósitos interbancários. Em 31 de dezembro de 2013 era de 9,77% ao ano (6,90% ao ano em 31 de dezembro de 2012).

Abaixo, segue informações adicionais sobre as modalidades dos empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia:

(i) Financiamentos de importação

Financiamentos contratados junto a várias instituições financeiras para financiar a importação de matérias primas com taxa de juros contratual de 2,98% a.a. em 2013 contra 3,96% a.a. do ano de 2012. O prazo de pagamento é de até 360 dias da data de conhecimento de embarque das matérias primas no exterior ou da data do desembolso da operação. Em 31 de dezembro de 2013, 14,3% do montante financiado estão garantidos por recebíveis da Companhia, entretanto, o saldo remanescente não possui garantias.

(ii) Capital de giro

Refere-se a operação de empréstimo com uma instituição financeira. Os vencimentos estão previstos para o segundo trimestre de 2014.

(iii) FINAME

Cédula de Crédito Industrial com recursos originários de repasse da Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame.

	2013	2012
2012	-	
2013	-	1.830
2014	1.898	443
2015 em diante	2.310	2.216
	4.208	4.489

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(iv) Operações de "vendor" e crédito rural

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras relativos a operações de "vendor" e crédito rural (vendas à vista com financiamento de instituições financeiras direto para o comprador com garantia da Companhia), efetuadas com seus clientes preferenciais e consignadas no balanço patrimonial em contas de passivo por ser a Companhia garantidora dessas operações. As potenciais perdas são consideradas quando da constituição da provisão para créditos de realização duvidosa. Do total de R\$ 27.148 de operações de crédito rural em 31 de dezembro de 2013, 100% estavam cobertos por seguro de crédito, que cobre eventuais perdas correspondentes a 90% do valor financiado.

(v) Cédulas de crédito industrial BNDES

Em 31 de dezembro de 2013, não havia linhas de crédito industrial BNDES tomadas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2012 foi liquidado em 2013.

(vi) Debêntures

		Valor		31 de dezembro de 2013		3
Quantidade	Emissão	nominal	Indexador	Circulante	Não circulante	Total
26.000	6/5/2013	10.000	DI + 3,25% a.a.	89.300	171.693	260.993
			-	89.300	171.693	260.993
			_			
		Valor		31 de	dezembro de 201	2
Quantidade	Emissão	nominal	Indexador	Circulante	Não circulante	Total
178	1/8/2010	1.000	DI + 4,5% a.a.	123.827	-	123.827
50	1/8/2010	1.000	DI + 4,5% a.a.	34.782	-	34.782
			-	158.609	-	158.609
	26.000 uantidade 178	uantidade Emissão 178 1/8/2010	uantidade Emissão nominal 26.000 6/5/2013 10.000 valor Valor nominal 178 1/8/2010 1.000	uantidade Emissão nominal Indexador 26.000 6/5/2013 10.000 DI + 3,25% a.a. Valor uantidade Emissão nominal Indexador 178 1/8/2010 1.000 DI + 4,5% a.a.	uantidade Emissão nominal Indexador Circulante 26.000 6/5/2013 10.000 DI + 3,25% a.a. 89.300 89.300 89.300 89.300 uantidade Emissão nominal Indexador Circulante 178 1/8/2010 1.000 DI + 4,5% a.a. 123.827 50 1/8/2010 1.000 DI + 4,5% a.a. 34.782	uantidade Emissão nominal Indexador Circulante Não circulante 26.000 6/5/2013 10.000 DI + 3,25% a.a. 89.300 171.693 89.300 171.693 89.300 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693 171.693

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía em circulação 228 debêntures, não conversíveis em ações, de emissão privada, com valor nominal de R\$ 1.000 cada e com encargos de acordo com a variação da taxa DI acrescida de juros de 4,50% ao ano, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data do vencimento.

Em 01 de fevereiro de 2012, a Companhia efetuou o pagamento da primeira parcela, dessa forma, sendo o restante liquidado em 01 de fevereiro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(vi) Debêntures--Continuação

Adicionalmente, em 10 de maio de 2013, foram emitidas 26.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal de R\$ 10.000 cada, conforme aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2013 e em Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em 29 de abril e 7 de maio de 2013, integrantes da 2ª emissão de debêntures da Companhia, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

A oferta foi dispensada de registro na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476/09.

O montante total da 2ª emissão foi de R\$ 260.000. Essas debêntures são remuneradas de acordo com a variação da taxa DI acrescida de juros de 3,25% ao ano, calculados *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data do vencimento. Os juros tem vencimento semestral a partir de novembro de 2013. O principal possui vencimento em três parcelas anuais, de igual valor, em 10 de novembro de 2014, de 2015 e de 2016.

Os custos de captação totalizaram R\$ 4.604 e foram contabilizados como dedução do valor principal captado. Em 31 de dezembro de 2013, os custos de captação a amortizar era de R\$ 3.382, e serão amortizados conforme o cronograma de vencimento das debêntures.

Essas debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas e contemplam cláusulas que requerem que a Companhia mantenha certos índices financeiros mensurados com base anual.

A garantia é a alienação fiduciária de imóveis correspondentes a 50% do valor total da emissão

Essas debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia mantenha certos índices financeiros. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia atende a todas as suas cláusulas restritivas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(vii) Análise de vencimento dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2013	2012
2013	·	1.228.183
2014	820.174	785
2015	88.395	2.318
2016	89.009	
2017	9.294	
	1.006.872	1.231.286

(viii) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo das debêntures, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 264.243 (R\$ 159.273 em 31 de dezembro de 2012). O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos se aproxima do seu valor contábil.

(ix) Análise dos empréstimos e financiamentos por moeda

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são mantidos nas seguintes moedas:

	2013	2012
Reais	326.290	232.759
Dólares norte-americanos	680.582	998.527
	1.006.872	1.231.286

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

18. Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de sua atividade. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a provisão para contingências era composta como segue:

	2013	2012
Contingências de naturezas:		
Tributárias	350	331
(-) Depósitos judiciais	(186)	(178)
	164	153
Trabalhistas e previdenciárias	2.850	1.017
(-) Depósitos judiciais	(2.261)	(73)
	589	944
Cíveis	1.808	149
(-) Depósitos judiciais	-	-
	1.808	149
	2.561	1.246
Total		
Provisão para contingências	5.008	1.497
(-) depósitos judiciais	(2.447)	(251)
	2.561	1.246

(i) Movimentação da provisão para contingências

	2013	2012
Saldo inicial	1.497	1.756
Adições	5.618	445
Reversões	(2.820)	(872)
Encargos e atualização monetária	713	168
Saldo final	5.008	1.497

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

18. Contingências--Continuação

(ii) Passivos contingentes

A Companhia possui ações de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, administrativa, cível e ambiental, envolvendo riscos de perda classificados pela administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, conforme composição demonstrada a seguir:

	2013	2012
Tributárias e administrativas	98.246	54.405
Trabalhistas e previdenciárias	14.532	9.649
Cíveis e ambientais	22.734	63.788
	135.512	127.842

Os valores apresentados acima estão atualizados monetariamente pela taxa SELIC ou, quando aplicável, correspondem aos valores atualizados pelos consultores jurídicos da Companhia.

As contingências tributárias referem-se, substancialmente, a discussões envolvendo PIS, COFINS e ICMS no montante de R\$ 95.830 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 50.474 em 31 de dezembro de 2012), principalmente, em decorrências de autuações e discussões de entendimentos divergentes entre as autoridades fiscais e a Companhia. As principais ações encontram-se atualmente na esfera administrativa.

As ações trabalhistas e previdenciárias decorrem do curso normal dos negócios da Companhia e se referem, substancialmente, a pedidos de verbas por exfuncionários e discussões sobre cálculos e incidência de encargos previdenciários.

As ações cíveis e ambientais referem-se, substancialmente, à Ação Civil Pública de Paranaguá, onde se discute o licenciamento da unidade, e à Ação Civil Pública referente a excesso de peso entre eixos verificado no transporte dos produtos da Companhia, conforme comentado nos tópicos (iv) e (v) abaixo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

18. Contingências--Continuação

(iii) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos

Em fevereiro de 2003, a Companhia adquiriu créditos tributários decorrentes de indébito tributário federal, originário de decisão judicial transitada em julgado, na época há mais de dois anos, e com valor líquido definido nos autos. Para a operação foi firmado contrato de cessão dos créditos, objeto de averbação no Registro de Títulos e Documentos e, também, foi solicitada e deferida pela Vara Federal a substituição do pólo ativo, decisão essa que, quanto a este ponto, também já transitou em julgado.

Com o trânsito em julgado, a Companhia passou a ser detentora inequívoca do crédito tributário, constando definitivamente como autora nos autos do processo, sem qualquer possibilidade de questionamento por parte da União em relação ao valor do indébito, bem como quanto à substituição de pólo.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui R\$ 146.467 de créditos tributários adquiridos reconhecidos no ativo não circulante, compostos por R\$ 145.200 dos créditos referidos acima e R\$ 1.267 de créditos reconhecidos em 2013, uma vez que a administração da Companhia tem a expectativa de receber o montante total dos créditos no prazo máximo de 10 anos, incluindo a sua atualização monetária – IPCA-E mais 1% ao mês.

Compensação de créditos tributários com tributos devidos e parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09

A partir da transferência do crédito e da substituição de pólo ativo, a Companhia iniciou a compensação do crédito tributário com tributos federais devidos no montante de R\$ 64.554, fazendo-a no período de janeiro a dezembro de 2003. Em 2005, com base em suposta vedação legal à compensação realizada, a Receita Federal do Brasil lavrou contra a Companhia auto de infração desconsiderando a compensação efetuada.

Muito embora a administração da Companhia, amparada por seus advogados, entenda que a compensação dos tributos tenha sido realizada no amparo da Lei, a Companhia optou pela adesão ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei nº 11.941/09 em razão dos benefícios e dos montantes envolvidos, tanto do passivo quanto dos créditos tributários adquiridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

18. Contingências--Continuação

(iii) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos--Continuação

Compensação de créditos tributários com tributos devidos e parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09--Continuação

Sendo assim, foi necessária a desistência da discussão administrativa e a renúncia à discussão judicial sobre a compensação realizada na época, aderindo a Companhia ao parcelamento e cujo valor atualizado, incluindo multa e juros, montava a R\$ 133.887 em 31 de dezembro de 2009. Com a adesão ao parcelamento, a Companhia obteve, em 2009, os seguintes benefícios: (i) redução da dívida no valor de R\$ 21.852, correspondente a parcela de multa e juros; e (ii) compensação de prejuízos fiscais no montante de R\$ 47.481. Assim, o saldo remanescente, correspondente ao valor principal de R\$ 64.554, compensado à época, foi objeto de parcelamento em 180 meses. Adicionalmente, foram cessados os efeitos de auto de infração que a Receita havia lavrado contra a Companhia, desconsiderando a compensação realizada.

O saldo atualizado do parcelamento a pagar supracitado, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 6.915 e R\$ 67.993, e está incluído no montante registrado na rubrica Tributos a recolher, no passivo circulante e não circulante, respectivamente.

Créditos tributários adquiridos, processo de execução da sentença transitada em julgado e prazo de prescrição

Considerando a opção pelo parcelamento do débito objeto da compensação comentada, a Companhia retomará a satisfação de seus créditos tributários por via da ação de execução própria, cujo montante atualizado pelo critério estabelecido na sentença judicial, IPCA-E mais 1% ao mês, é de R\$ 186.039 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 169.836 em 31 de dezembro de 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

18. Contingências--Continuação

(iii) Aquisição de créditos tributários e sua utilização para compensação com tributos devidos--Continuação

Créditos tributários adquiridos, processo de execução da sentença transitada em julgado e prazo de prescrição--Continuação

O reconhecimento nas demonstrações financeiras foi feito pelo custo de aquisição dos referidos créditos, acrescido pela atualização definida em sentença judicial, que em 31 de dezembro de 2013 monta a R\$ 145.200 (R\$ 129.846 em 31 de dezembro de 2012). O registro pelo custo de aquisição atualizado está fundamentado em entendimento exarado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através de seu oficio n° 379/07 de 5 de novembro de 2007, em resposta a consulta da Companhia de 8 de outubro de 2007. A diferença favorável em 31 de dezembro de 2013, entre o valor de face dos créditos e seu custo de aquisição atualizado, no montante de R\$ 40.839 (R\$ 39.990 em 31 de dezembro de 2012), será registrada nas demonstrações financeiras à medida que os créditos sejam realizados através do recebimento via precatório.

O recebimento dos créditos através de precatórios está amparado no fato de que o prazo prescricional de cinco anos para a execução da sentença iniciou-se em 8 de maio de 1998, quando transitou em julgado a sentença judicial, e se interrompeu em 1º de julho desse mesmo ano, quando teve início a ação de execução da sentença. Tal entendimento é confirmado pela avaliação dos advogados da Companhia e por julgados recentes, favoráveis à Companhia, de Agravos de Instrumento e Recurso Especial da Receita Federal do Brasil, que tratavam da questão de prescrição.

O julgamento recente do Recurso Especial antes citado, favorável à Companhia, confirma o entendimento de nossos advogados de que por conta da desistência da ação de execução para possibilitar a compensação, o prazo prescricional está interrompido considerando que tanto o processo de execução quanto o processo de compensação estão pendentes de julgamento final.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

18. Contingências--Continuação

(iv) Ação Civil Pública na unidade de Paranaguá-PR

Em fevereiro de 2009, o Ministério Público Federal e Estadual do Paraná propuseram Ação Civil Pública onde se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR, e que atualmente encontra-se na fase instrutória, aguardando a realização de perícia médica. A perícia técnica já foi realizada. Adicionalmente, a Companhia foi notificada de diversas ações cíveis individuais pleiteando indenização por danos morais oriundos de supostos danos ambientais e das repercussões de tais danos na esfera pessoal de cada indivíduo.

Amparada na posição de seus consultores jurídicos, que entendem como remotas as chances de perda no que tange à solicitação nos Ministérios Públicos para demolição das construções e desocupação da área e possíveis as chances de perda da Companhia nos demais itens do processo, nenhuma provisão para perdas foi efetuada sobre os ativos da referida unidade ou para as ações cíveis citadas no parágrafo anterior. Das ações cíveis individuais acima mencionadas, em 4 de julho de 2011 a Companhia obteve sentença favorável em 1ª instância para aquelas que estão tramitando na 2ª Vara Cível de Paranaguá, sendo que das demais, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Paranaguá, uma delas, em 29 de janeiro de 2014, também foi julgada improcedente. Contra as ações da 2ª Vara foram interpostos Recursos de Apelação, sendo que um deles não foi conhecido, por intempestividade; em sete deles, julgados pela 10ª Câmara, as sentenças foram anuladas e determinada a remessa à vara de origem para a produção de provas e naqueles julgados pela 9ª Câmara, as iniciais foram julgadas ineptas e os processos extintos sem julgamento do mérito. Todos os acórdãos foram objeto de Embargos de Declaração, ainda não julgados. Os consultores jurídicos da Companhia, em função dessas decisões, passaram a entender como sendo remotas as chances de perda nessas demandas. Em 31 de dezembro de 2013, o valor atualizado das ações classificadas com chances possíveis de perda é de R\$ 12.468

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

18. Contingências--Continuação

(v) Ação Civil Pública do excesso de peso entre eixos

Trata-se de Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público Federal do Distrito Federal, em agosto de 2012, que pretende o ressarcimento de supostos danos causados pela Companhia entre junho/2007 a janeiro/2009 ao patrimônio público, por transportar suas mercadorias com excesso de peso entre eixos em desacordo com a legislação vigente. A ação foi embasada em supostas infrações de trânsito, das quais a Companhia não foi notificada. A ação foi contestada pela Companhia e julgada totalmente improcedente em 08 de abril e 2013, Dessa decisão o Ministério Público Federal interpôs Recuso de Apelação, distribuído à 5ª Câmara do TRF de Brasília, onde encontra-se aguardando julgamento, Os consultores jurídicos da Companhia entendem que o processo possui chance remota de perda. Em 31 de dezembro de 2013, o valor atualizado da ação é de R\$ 51.214

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido

(a) Capital social

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social até o limite de R\$ 800.000.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social é de R\$ 448.746 e está representado por 48.471.407 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Reservas de lucros

Legal

A reserva legal é constituída, após a absorção de prejuízos acumulados, mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, podendo ser utilizada somente para aumento de capital ou absorção de prejuízos acumulados. A reserva legal poderá deixar de ser constituída quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6404/76, exceder 30% do capital social.

Incentivos fiscais

Em atendimento à legislação do benefício fiscal concedido pelo Estado de Sergipe (Decreto Estadual nº 22.230/03), bem como em atendimento a instrução CVM 555/08, que aprovou o pronunciamento CPC 7 – Subvenção e assistência governamental, a partir de 2008, o benefício passou a ser registrado diretamente no resultado do exercício e, a fim de preservar o benefício fiscal, transferido da conta Lucros acumulados para a rubrica Reserva de lucros – Incentivos fiscais. Essa reserva só pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Na hipótese de absorção de prejuízos, o montante absorvido pode ser posteriormente restaurado, na própria conta da reserva, na medida em que houver lucros líquidos disponíveis, de modo a evitar possíveis contingências tributárias, pois essa reserva não pode ser distribuída aos sócios. Ver comentários adicionais na Nota 19 (d).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido--Continuação

(c) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto pelo valor do custo atribuído (deemed cost) de terrenos e edificações que foi registrado na data de transição para CPCs e IFRS, em consonância com o CPC 27 — Ativo Imobilizado e o ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

(d) <u>Destinação dos resultados e Reservas de lucros</u>

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, se houver, e deduzido ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reservas para contingências ou reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações.

Aos administradores, poderá ser atribuída participação de até um décimo do lucro líquido do exercício, conforme previsto no Estatuto Social. A Companhia poderá manter reserva estatutária de lucros denominada "Reserva de Investimentos" que terá por fim financiar sua expansão. Tal reserva não poderá exceder a 80% do capital social subscrito e à qual serão atribuídos recursos não inferiores a 5% e não superiores a 75% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício após a distribuição de dividendos e constituição de reserva estatutária, se houver, terá a destinação a ser dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante que seria destinado à reserva de lucros - Incentivos fiscais, no montante de R\$ 23.351, foi utilizado para absorção de prejuízos acumulados, em conformidade com o parágrafo único do artigo 189 da Lei nº 6.404/76. Esses incentivos fiscais são utilizados para absorção de prejuízos acumulados desde 31 de dezembro de 2008.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

19. Patrimônio líquido--Continuação

(d) <u>Destinação dos resultados e Reservas de lucros</u>--Continuação

Até 31 de dezembro de 2013, os montantes anuais de incentivos fiscais que foram utilizados para absorção de prejuízos acumulados, e que, como antes mencionado, poderão ser restaurados como reserva de lucros quando houver lucro disponível, são como segue:

	2008 a 2011	2012	2013	Total
PSDI (1)	87.846	23.192	23.351	134.389
Outros incentivos recebidos	4.374	1.083		5.457
	92.220	24.275	23.351	139.846

(1) Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial do Governo do Estado de Sergipe.

20. Resultado por ação

O cálculo básico de lucro (prejuízo) por ação é feito através da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (em milhares, exceto valores por ação):

	2013	2012
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(33.904)	(2.466)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	48.471	48.471
Prejuízo básico e diluído por ação ordinária	(0,6995)	(0,0509)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não ocorreram transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias, assim como não ocorreram transações que gerassem efeito de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

20. Resultado por ação--Continuação

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

21. Receita operacional líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora	
	2013	2012
Vendas brutas de produtos	5.502.809	5.394.722
(-) Deduções da receita bruta de vendas:		
Abatimentos e descontos incondicionais, vendas		
canceladas e devoluções das vendas	(29.987)	(26.523)
Impostos sobre as vendas	(68.238)	(60.734)
Incentivos fiscais ICMS (PSDI)	23.351	23.192
	5.427.935	5.330.657

22. Custo e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Contro	Controladora	
	2013	2012	
Matérias-primas e materiais de produção	4.547.597	4.542.716	
Despesas com transporte	193.728	169.946	
Despesas com pessoal (Nota 26)	199.696	174.922	
Despesas comerciais	82.199	64.563	
Depreciação e amortização	47.606	45.056	
Participação nos lucros (Nota 26)	7.359	6.526	
Despesas com publicidade	1.478	4.502	
Arrendamentos mercantis operacionais (Nota 25)	5.767	4.654	
Outros gastos	132.444	124.623	
	5.217.874	5.137.508	
Classificados como:			
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	4.776.665	4.749.389	
Despesas com vendas	349.600	303.589	
Despesas gerais e administrativas	91.609	84.530	
	5.217.874	5.137.508	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

23. Variação cambial, líquida

	Controladora	
	2013	2012
Variação cambial ativa	75.509	158.589
Variação cambial passiva	(301.770)	(268.943)
·	(226.261)	(110.354)

24. Despesas e receitas financeiras

	Controladora	
	2013	2012
Despesas financeiras		
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (Nota 10)	(118.691)	(67.320)
Juros sobre passivos financeiros e descontos concedidos	(78.163)	(74.951)
Despesas com ajustes a valor presente	(78.667)	(90.133)
Tributos e taxas sobre operações financeiras	(35.740)	(35.614)
Variações monetárias passivas	(357)	(769)
	(311.618)	(268.787)
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	19.687	17.978
Receitas com ajustes a valor presente	59.685	53.153
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (Nota 10)	151.630	64.630
Rendimentos sobre aplicações financeiras	21.863	22.402
Juros sobre ativos financeiros e descontos obtidos	11.552	11.305
_	264.417	169.468
		· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·

25. Operações de arrendamento mercantil

A Companhia arrenda certos ativos, tais como um servidor HP e instalações industriais. Os contratos de arrendamentos operacionais não são canceláveis e possuem um período máximo de 3 anos.

As despesas com arrendamentos operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram de R\$ 5.767 (R\$ 4.654 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012) e foram registradas na rubrica custos dos produtos vendidos, na demonstração do resultado.

Os pagamentos totais mínimos de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais não canceláveis, são:

	2013	2012
Menos de um ano	6.216	5.064
Mais de um ano e menos de quatro anos	6.790	6.780
	13.005	11.844

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

26. Benefícios a empregados

As despesas com benefícios a empregados estão demonstradas a seguir:

	Controladora	
	2013	2012
Ordenados e salários	120.698	106.485
Custos de previdência social	31.204	28.521
Benefícios previstos em Lei	15.608	13.808
Benefícios adicionais	32.186	26.108
	199.696	174.922
Participação nos resultados	7.359	6.526
	207.055	181.448

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia tem como prática conceder a seus colaboradores benefícios adicionais com o intuito de proporcionar-lhes segurança e bem-estar, tanto no ambiente interno quanto externo, tais como: assistência médica, seguro de vida e alimentação. Esses benefícios são registrados como despesas no resultado do exercício, quando incorridos.

Plano de participação nos lucros ou resultados

A Companhia possui um programa de participação nos lucros ou resultados – PLR, por meio do qual distribui aos seus empregados 10% do lucro líquido ajustado por eventuais prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

A Companhia distribui, antes do encerramento do exercício, um salário nominal a título de adiantamento, o qual independe da geração de lucros. Na apuração de saldo a pagar de participação nos lucros ou resultados, tal adiantamento é descontado do montante a que cada empregado tem direito. Em não havendo saldo de participação, o adiantamento não é objeto de desconto. Os empregados admitidos no decorrer do exercício social recebem participação proporcional ao tempo de serviço. Os valores podem ser contabilizados como custo dos produtos vendidos, despesas com venda ou despesas gerais e administrativas conforme o caso.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não houve participação complementar dos empregados nos lucros em face da compensação de prejuízos de anos anteriores no exercício. O valor do adiantamento a título de participação dos empregados nos lucros ou resultados em 2013 foi de R\$ 7.359 (R\$ 6.526 em 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

26. Benefícios a empregados--Continuação

Plano de previdência privada

Em 2013, a Companhia implantou um Plano de Previdência Complementar, para seus colaboradores, administrado por empresa externa, conforme detalhado abaixo:

Para os que recebem salário igual ou superior a 1 UR (unidade de referência), cujo valor é de R\$ 4.546,71(Quatro mil, quinhentos e quarenta e seis reais e setenta e um centavos)), a Companhia contribui com 100% dos valores das contribuições realizadas por aqueles com até 9 anos e 11 meses de empresa e com 110% para os demais, limitados a 3% para a faixa salarial até R\$ 4.546,71(Quatro mil, quinhentos e quarenta e seis reais e setenta e um centavos)) e o salário nominal.

O valor da UR e da faixa salarial são reajustados pelo mesmo índice de correção salarial negociado em convenção coletiva praticada na unidade de Paulínia.

O valor do benefício de aposentadoria dos participantes será calculado considerando os recursos acumulados na provisão matemática com as contribuições do participante e da Companhia.

A contribuição da Companhia durante o ano de 2013 foi de R\$ 1.476.

Para os colaboradores com salário inferior a 1 UR, o plano prevê a concessão de benefício mínimo, no ato da aposentadoria, que consiste no pagamento único no valor correspondente a 3 vezes o salário do participante.

A Companhia é responsável pelo pagamento de 100% da contribuição relativa ao benefício mínimo, que será na forma de aporte único, a ser realizado quando o participante completar concomitantemente: i) 60 anos de idade; e ii) 3 anos de vinculo empregatício com a Companhia contados da data de assinatura do contrato, ocorrida em maio/2012. A Companhia não registrou o passivo atuarial nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, pois estima que este passivo seja próximo de zero.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

27. Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, incluindo operações de "vendor" e crédito rural. Adicionalmente, a Companhia também opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de "swap".

Segue a composição dos instrumentos financeiros por categoria:

		2013	
	Ativos mensurados ao valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	437.520	437.520
Contas a receber de clientes	-	666.834	666.834
Instrumentos financeiros derivativos	19.314		19.314
	19.314	1.104.354	1.123.668

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

27. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

		2013	
	Passivos mensurados		
	ao valor justo	Outros	
	através do	passivos	
	resultado	financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial	-		
Empréstimos e financiamentos	-	1.006.872	1.006.872
Fornecedores		1.151.585	1.151.585
Instrumentos financeiros derivativos	1.647	· 	1.647
	1.647	2.158.457	2.160.104
		2012	
	Ativos		
	mensurados		
	ao valor justo através do	Empréstimes s	
	resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial	Tesuitado	receptivets	Iotai
Caixa e equivalentes de caixa	<u>-</u>	469.685	469.685
Contas a receber de clientes	_	641.625	641.625
	-	1.111.310	1.111.310
		2012	
	Passivos		
	mensurados		
	ao valor justo	Outros	
	através do resultado	passivos financeiros	Total
Danniuga conforma halanga natrimanial	resultado	Imanceiros	Iotai
Passivos, conforme balanço patrimonial Empréstimos e financiamentos	_	1.231.286	1.231.286
Fornecedores	- -	964.020	964.020
Instrumentos financeiros derivativos	24.684	-	24.684
	24.684	2.195.306	2.219.990

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

2013		
Valor contábil	Valor justo	
437.520	437.520	
666.834	666.834	
19.314	19314	
1.006.872	1.010.122	
1.151.585	1.151.585	
1.151.585		
	Valor contábil 437.520 666.834 19.314 1.006.872	

70

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

27. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

	2012		
	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	469.685	469.685	
Contas a receber de clientes	641.625	641.625	
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	1.231.286	1.231.950	
Fornecedores	964.020	964.020	
Instrumentos financeiros derivativos	24.684	24.684	

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos empréstimos e financiamentos é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes. Vide Nota 17 para maiores detalhes.
- O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Vide Nota 10 para maiores detalhes.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos:

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

27. Valor justo dos instrumentos financeiros--Continuação

Passivo avaliado a valor justo

		2012		
	Nível I	Nível I Nível II Nível		
Instrumentos financeiros derivativos	-	24.684	-	

Em 31 de dezembro de 2012, não havia outros passivos avaliados a valor justo.

Ativo avaliado a valor justo

	2013		
	Nível I	Nível II	Nível III
Instrumentos financeiros derivativos	=	17.667	-

Em 31 de dezembro de 2013, não havia outros ativos avaliados a valor justo.

28. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

(a) Política de gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia monitora e avalia seus contratos derivativos diariamente e ajusta a estratégia de acordo com as condições de mercado. A Companhia também revisa periodicamente os limites de crédito e a capacidade financeira de seus clientes. Em virtude dessas políticas estabelecidas para os derivativos, a administração considera improvável a exposição a riscos não mensuráveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

28. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

(a) Política de gestão de riscos financeiros--Continuação

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um Comitê de Política de "Hedge", encarregado do gerenciamento de risco dessas operações, e contam com assessoria externa de empresa especializada. Tal comitê é um órgão técnico e consultivo de funcionamento permanente com o objetivo de auxiliar o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades relativas a análises periódicas de medidas de proteção contra variações de taxas de câmbio e de taxas de juros, em análise dos efeitos de tais variações em nossas receitas e despesas. O Comitê de Política de "Hedge" avalia, ainda, a eficácia de nossas medidas de "hedge" adotadas a cada mês e dá recomendações com relação a variações futuras de "hedge".

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para proteção de fluxo de caixa.

(b) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

28. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

(b) Risco de mercado--Continuação

Risco com taxa de câmbio

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores das operações em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os ativos e passivos em moeda estrangeira, os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais e a exposição líquida ao risco com taxa de câmbio, são resumidos como a seguir:

	Prazos para o impacto financeiro		
	previsto	2013	2012
Importação em andamento (Nota 6)			
US\$ 90.159 mil (US\$ 96.043 mil em 2012)	Até 35 dias	(211.206)	(191.702)
Fornecedores no exterior			
US\$ 464.463 mil (US\$ 453.456 mil em 2012)	Até 252 dias	1.090.157	926.638
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)			
Financiamentos de importação			
US\$ 290.524mil (US488.636 mil em 2012)	Até 265 dias	680.582	998.527
Demais contas a pagar (receber) líquidas			
US\$ 1.497 mil (US\$ \$ 3.000 mil em 2012)	Até 270 dias	3.506	6.143
		1.563.039	1.739.606
Instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais (Nota 10)			
US\$ 435.504(US\$ 548.832 mil em 2012)	Até 93 dias	(1.020.212)	(1.121.538)
Exposição líquida		542.827	618.068

Devido à relevância das importações de matérias primas no contexto das operações da Companhia, a volatilidade da taxa de câmbio representa um risco relevante às suas operações. O não repasse dos impactos de eventual desvalorização do Real, ou o repasse de eventual valorização do Real aos preços de venda pode resultar em reduções significativas das margens de lucro praticadas e consequente risco relevante às operações da Companhia. Em um cenário de matérias primas com preços estáveis em dólar norte-americano no mercado internacional, o estoque da Companhia permite um "hedge" natural para os passivos lastreados em moeda estrangeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

28. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

(b) Risco de mercado--Continuação

Risco com taxa de câmbio--Continuação

Visando minimizar os riscos de taxa de câmbio, a Companhia tem participado de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, contratados junto a instituições financeiras, que se destinam a reduzir sua exposição a riscos de mercado e de moeda. Esses instrumentos financeiros referem-se a derivativos que representam compromissos futuros para compra e venda de moedas ou indexados em datas contratualmente especificadas.

O volume da proteção contratado em 31 de dezembro de 2013 é resultado da decisão do Conselho de Administração da Companhia, subsidiado pelo Comitê de Política de "Hedge".

(c) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e *ratings* previamente estabelecidos, e contratando operações de derivativos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

A qualidade do crédito dos demais ativos financeiros que não estão vencidos e não possuem perdas pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito efetuadas pela empresa Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimentos (Riskbank), quando houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

28. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

(c) Risco de crédito--Continuação

	2013	2012
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
Baixo risco para longo prazo	331.447	391.546
Baixo risco para médio prazo	105.071	74.684
Baixo risco para curto prazo	1.002	3.455
	437.520	469.685
Ativos financeiros derivativos		
Baixo risco para longo prazo	17.667	-

(d) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira.

Visando atender as vendas com o prazo da safra de seus clientes, a Companhia utiliza-se de instrumentos financeiros para garantia de liquidez. Esses instrumentos contam com o aval da Companhia, estão consignados na rubrica Contas a receber de clientes e não possuem diferenças relevantes em relação ao seu valor de mercado.

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em nas contas a receber.

O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido a pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

28. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

(d) Risco de liquidez--Continuação

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia e os passivos financeiros derivativos liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2012				
Empréstimos e financiamentos	1.238.112	1.973	2.960	1.973
Fornecedores	964.020	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	24.684	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013				
Empréstimos e financiamentos	852.309	115.065	112.015	184
Fornecedores	1.151.585	-	-	-

(e) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

Apresentamos a seguir quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos.

A administração da Companhia considerou as seguintes premissas para o cenário I – provável:

- Instrumentos com risco cambial Os cenários prováveis consideram a taxa de câmbio de R\$ 2,3426/ US\$ e a taxa de CDI de 9,77 % ao ano, observadas no fechamento de 31 de dezembro de 2013, que no entender da administração seriam estáveis no próximo trimestre, e os demais cenários foram construídos a partir destas taxas.
- Instrumentos com risco de taxa de juros Manutenção da taxa em virtude de contexto econômico e disponibilidades ofertadas pelas instituições financeiras durante o período.

Tais análises consideram os ganhos e as perdas a auferir para os próximos 12 meses ou até a data de vencimento dos contratos, demonstradas entre parênteses, caso a cotação do dólar norte-americano e a taxa de CDI varie de acordo com os percentuais abaixo indicados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

28. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

(e) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos de cambiais

	Impacto	Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido				
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III		
Cotação do dólar	-25% R\$ 1,7570	-50% R\$ 1,1713	25% R\$ 2,9283	50% R\$ 3,5139		
"Hedge" - "Swap"	(255.031)	(510.062)	255.031	510.062		

Instrumentos financeiros derivativos – Derivativos de juros

	Impacto	Impacto no resultado do exercicio e no patrimonio liquido				
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III		
	-25%	-50%	25%	50%		
CDI	7,33%	4,89%	12,21%	14,66%		
"Hedge" - "Swap"	27.039	30.869	19.574	15.933		

Instrumentos financeiros não derivativos

• Câmbio

<u>-</u>	Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido				
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III	
_	-25%	-50%	25%	50%	
Cotação do dólar	R\$ 1,7570	R\$ 1,1713	R\$ 2,9283	R\$ 3,5139	
Fornecedor no exterior, líquido de		<u> </u>			
importação em trânsito	219.192	438.385	(219.192)	(438.385)	
Financiamento de importação	170.131	340.262	(170.131)	(340.262)	
Demais contas a pagar	876	1.753	(876)	(1.753)	
	390.200	780.400	(390.200)	(780.400)	

Juros

	Impacto no resultado do exercício e no patrimônio líquido				
	Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III	
	-25%	-50%	25%	50%	
CDI	7,33%	4,89%	12,21%	14,66%	
Debêntures	(19.131)	(12.763)	(31.867)	(38.262)	

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

28. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

(f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia utiliza capital de terceiros, fornecedores e financiamentos de importação, para financiar parte do seu capital circulante. Também utiliza capital próprio e de terceiros para realização de investimentos de maturação de mais longo prazo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de endividamento. Conforme definido no estatuto social, na letra "i" do artigo 18, o limite de endividamento determinado para a contratação pela Diretoria é de até 25% da receita operacional bruta do último exercício encerrado. Acima desse percentual, é necessária a aprovação do Conselho de Administração. Em 31 de dezembro de 2013, este índice ficou em 18,7%. O Conselho de Administração em reunião realizada no dia 17 de dezembro de 2012 autorizou a Companhia a elevar seu índice de endividamento para até 40% da receita operacional bruta do último exercício encerrado, com validade até 31 de dezembro de 2013.

29. Cobertura de seguros

Por entender que a possibilidade de ocorrência de sinistro é remota, a Companhia adota a política de não manter cobertura de seguro para todos os seus ativos. No entanto a Companhia possui apólices de seguro para as unidades de produção de Paranaguá-PR e Rondonópolis-MT com limite máximo de indenização de R\$ 10.000, para a frota de veículos com limite máximo de indenização de R\$ 14.433, para os equipamentos financiados pelo Finame com limite máximo de indenização de R\$ 4.473.

Adicionalmente, a Companhia possui apólice de seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores com limite máximo de indenização de R\$ 10.000.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

30. Informações por segmento de negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: o presidente do Conselho de Administração, o presidente executivo da Companhia e membro do Conselho de Administração e os demais membros do Conselho de Administração.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de processo produtivo, compostos por dois segmentos: (i) Industrial, compreendendo a planta de produção de ácido sulfúrico e Super Fosfato Simples – SSP localizada em Paranaguá; e (ii) Misturadoras, segmento este composto pelas 21 unidades misturadoras da Companhia.

Adicionalmente, os principais tomadores de decisão analisam informações correspondentes ao faturamento (receita bruta) por (i) região geográfica, compostas pelas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste, sendo estas últimas analisadas como uma região única, (ii) tipos de produtos, segregados entre convencionais, diferenciados e vendas industriais; e (iii) cultura a que se aplicam, separadas em diversas culturas, tendo como principais cana, soja, milho, café, reflorestamento e outras.

Os principais tomadores de decisão analisam o desempenho dos segmentos operacionais com base na demonstração do resultado por segmento e do EBITDA total. As despesas com vendas, gerais e administrativas, não são alocadas aos segmentos, uma vez que o segmento Industrial destina-se a atender as necessidades internas da Companhia, ou seja, os produtos são utilizados pelas misturadoras.

Da mesma forma e por possuir uma administração de caixa centralizada, as receitas e despesas financeiras não são segregadas por segmentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

30. Informações por segmento de negócios--Continuação

As informações por segmento de negócios, revisadas pelos principais tomadores de decisão e correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, são as seguintes:

	2013				2012	
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Receita bruta de vendas Deduções e impostos sobre vendas	<u>-</u>	5.502.808 (74.873)	5.502.808 (74.873)	<u> </u>	5.394.722 (64.065)	5.394.722 (64.065)
Receita líquida de vendas	-	5.427.935	5.427.935	-	5.330.657	5.330.657
Custos dos produtos vendidos Lucro (prejuízo) bruto	(25.750) (25.750)	(4.750.915) 677.020	(4.776.665) 651.270	(27.804) (27.804)	(4.721.585) 609.072	(4.749.389) 581.268
Despesas operacionais Despesas financeiras, liquidas			(430.981) (273.462)			(379.553) (209.673)
Lucro (prejuízo) operacional			(53.173)			(7.958)
Imposto de renda e contribuição social			19.269			5.492
Lucro líquido (prejuízo) do exercício			(33.904)			(2.466)
Depreciação e amortização	11.834	35.772	47.606	11.886	33.170	45.056
EBITDA	(13.916)	281.811	267.895	(15.918)	262.689	246.771

Como antes mencionado, o segmento Industrial destina-se atualmente a atender as necessidades do segmento de Misturadoras. Dessa forma, as vendas do segmento Industrial para as misturadoras foram mensuradas considerando o preço de mercado dos produtos à época da venda. A receita do segmento de Mistura informada aos principais tomadores de decisão foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado e excluem as receitas originadas no segmento Industrial.

As receitas por região geográfica são demonstradas como segue:

	2013	2012
Sudeste	2.825.577	2.778.912
Centro-Oeste	1.141.235	1.175.304
Norte-Nordeste	662.315	741.343
Sul	873.680	699.163
Receita bruta de vendas	5.502.808	5.394.722

Além das informações por segmento Industrial e Misturadoras, a administração analisa as receitas por produtos, segregadas entre diferenciados e convencionais, bem como as receitas por cultura, como abaixo demonstrado:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

30. Informações por segmento de negócios--Continuação

Tipos de produto	2013	2012
Convencionais	3.319.726	3.287.288
Diferenciados	2.108.509	2.033.160
Venda Industrial	74.573	74.274
Receita bruta de vendas	5.502.808	5.394.722
Cultura	2013	2012
Cana	942.113	1.003.204
Soja	1.028.575	940.674
Milho	1.113.312	1.040.424
Café	784.681	874.253
Reflorestamento	319.269	339.913
Outras	1.314.859	1.196.254
Receita bruta de vendas	5.502.808	5.394.722

Os ativos por segmento de negócio podem ser assim demonstrados.

	2013			2012		
	Industrial	Misturadoras	Total	Industrial	Misturadoras	Total
Estoques	3.705	688.159	691.864	3.886	848.043	851.929
Imobilizado	85.962	391.515	477.477	97.709	394.356	492.065
Demais ativos	-	1.827.357	1.827.357		1.717.117	1.717.117
Total dos ativos	89.667	2.907.031	2.996.698	101.595	2.959.516	3.061.111

Não há informações disponíveis sobre os passivos por segmento, a administração analisa os passivos como um todo, por entender que não há, no momento, relevância na análise destes saldos por segmento.

Como anteriormente citado na Nota 18, o Ministério Público do Paraná propôs Ação Civil Pública onde se discute a regularidade do processo de licenciamento e supostos danos ambientais causados pela planta de produção de SSP (Super Fosfato Simples) de Paranaguá - PR. O resultado do segmento Industrial está negativamente impactado pela paralisação da referida planta.

Tais irregularidades apontadas pelo Ministério Público do Paraná podem ser assim resumidas: (i) suposta irregularidade dos processos de licenciamento ambiental da Unidade Industrial de Fertilizantes; (ii) na intervenção ilegal em Área de Preservação Permanente ("APP") e em área de Mata Atlântica; e (iii) na prática das atividades de acidulação de rocha, granulação, armazenagem e mistura de fertilizantes, que incluem o armazenamento e utilização de produtos perigosos como ácido sulfúrico e enxofre, e indicariam a ocorrência de gravíssimos danos ambientais à flora, à fauna, ao solo e aos recursos hídricos locais, além de significativos transtornos à saúde e qualidade de vida de centenas de moradores vizinhos à fábrica da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

30. Informações por segmento de negócios--Continuação

A administração, contudo, contesta judicialmente as alegações do Ministério Público, entendendo que a implantação de sua unidade industrial ocorreu dentro das normas vigentes e em pleno acordo com as exigências do Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

Atualmente, por força de medida liminar, portanto provisória, datada de 28 de abril de 2010, a Unidade de Acidulação, Granulação e Conversão de Enxofre encontrase totalmente paralisada, como noticiado inclusive via fato relevante.

Ressalta-se que a Unidade de Mistura de Paranaguá encontra-se liberada e em funcionamento.

Após impetrar os recursos judiciais julgados cabíveis, a administração aguarda a realização da perícia médica, sendo que a perícia técnica determinada nos autos já foi concluída, através das quais a Companhia pretende comprovar a viabilidade do empreendimento e a liberação de todo o seu parque industrial, ao final.

Além dos recursos judiciais antes citados, a administração preparou e apresentou Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA") para análise do IAP e do Ministério Público Federal.

Amparada na posição de seus consultores jurídicos nenhuma provisão para perdas foi efetuada sobre os ativos da referida unidade ou para as ações cíveis citadas na Nota 18.

A produção anual da unidade de Paranaguá-PR é de cerca de 250 mil toneladas de SSP (super fosfato simples) e 200 mil toneladas de acido sulfúrico, o que atualmente representa cerca de 40% da nossa necessidade de SSP, ou seja, 6% do total do nosso consumo de matérias primas de fertilizantes. A cultura de soja é que mais demanda esse fertilizante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a depreciação da fábrica registrada no resultado foi de R\$ 11.834 (R\$ 11.886 em 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

31. Informações complementares dos fluxos de caixa

Demonstramos abaixo, transações efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 que não envolveram desembolsos de caixa e, portanto, tais efeitos foram eliminados na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora e consolidado	
	2013	2012
Transações que não envolvem desembolsos de caixa:		
Aquisição de ativo imobilizado por meio de utilização de créditos de ICMS	17.652	13.433
Aquisição de insumos/embalagens por meio de utilização de créditos de		
ICMS	9.382	5.277
Aquisição da Maxifértil - parcela a prazo registrada como outras contas a		
pagar	7.400	9.736
Aquisição da Maxifértil - parcela a prazo registrada como outras contas a		
pagar - Valor presente realizado	(574)	(1.096)
Aquisição da Maxifértil - ágio	-	2.897